



Ata nº1 (um)

Aos catorze dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, reuniu-se na Creche A Tartaruga e a Lebre, sita na Rua Carlos Mayer, número 4, Alvalade, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa, conforme o artigo número 38º, alínea 1, dos Estatutos em vigor, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um – Apreciação e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2015. -----
Ponto dois – Informações diversas. -----

Presidiu à Assembleia o Presidente da Mesa, o associado Miguel Almeida Chaveca Quintino, estando também presente o Vice-Presidente, o associado Pedro Manuel da Silva Leandro e a Secretária, a associada Maria Isabel Macedo da Silva Bento. -----

À hora marcada, não havendo o número suficiente de associados para se poder realizar a Assembleia, os trabalhos foram suspensos até às vinte e uma horas. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu as boas vindas aos associados presentes, tendo dado início aos trabalhos, começando a Mesa por verificar o Livro de Presenças, estando presentes na sala trinta e três (33) associados e havendo uma delegação de voto, num total de trinta e quatro (34). -----

O Presidente da Mesa confirmou a regularidade da Convocatória da Assembleia Geral, ficando este documento apenso à ata com o número 1, tendo, nos termos estatutários, sido publicada nos jornais diários de grande circulação “Diário de Notícias” e “Correio da Manhã” do dia 31 de março de dois mil e dezasseis, tendo esses documentos ficado apensos a esta ata, com os números 2 e 3, respetivamente. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada pela totalidade dos associados presentes. -----

Seguidamente, o Presidente da Mesa pretendeu passar a palavra ao Presidente da Direção, o associado Mário José Santos de Matos, para proceder à exposição sobre o documento aludido no ponto um, apenso a esta ata como o documento número 4, informando que as eventuais questões adicionais, ficariam para debate aberto, no final da reunião. -----

O associado Miguel Soares Franco questionou o Presidente da Mesa relativamente à aprovação das atas, tendo sido sugerido pelo Presidente da Mesa ficar esse aspeto para o final da reunião. Igualmente, o Presidente da Direção, o associado Mário José Santos de Matos informou ter uma proposta para submeter à Assembleia, documento que gostaria de apresentar, o qual também foi transferido para o final, por sugestão do Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Direção cumprimentou os presentes e iniciou a apresentação do Relatório e Contas do Exercício de 2015, referindo que o documento foi publicado provisoriamente no *site* da Associação com uma antecedência de quinze dias, para permitir um contacto prévio dos associados com as questões e agilizar a apresentação dos temas. Informou que os pontos 3.1 e 3.2 não constavam do índice, tendo o documento sido, entretanto, corrigido. -----

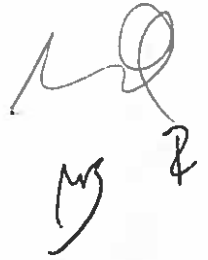
Informou que, tendo a Direção sido eleita em dezembro de 2015, apenas lhe cumpre fazer o relato sobre o que se passou nesse ano e que o documento obedece ao modelo utilizado por outras Direções, tendo sido elaborado com a maior objetividade e com aderência formal ao modelo do relatório anterior, para permitir aos corpos sociais anteriores a identificação das questões e para facilitar a sua análise. -----

Informou que o relatório é bastante extenso, indo ser relatados os pontos mais importantes, mas estando disponível para todas as questões. -----

O Presidente da Direção afirmou que o relatório contém um conjunto de indicadores que decorre do Sistema de Gestão de Qualidade e que são comuns a muitas instituições congéneres, existindo vários números que devem ser interpretados, indo pronunciar-se apenas sobre alguns que parecem ser mais relevantes para bom entendimento. -----

O Relatório está organizado em vários domínios: relativamente à Prestação de Serviços, com as várias respostas sociais, iniciando-se pela Creche, em relação à qual não há nada de particular a acrescentar, a não ser o resultado desta valência, que tem vindo a ser desfavorável no que diz respeito à comparticipação da Segurança Social; quanto à Escola de Educação Especial, com jovens em idade escolar, tem havido uma baixa procura, devido à política de inclusão no sistema oficial de ensino, apenas com dois alunos no ano letivo 2015/2016 e sendo provável que tenha que se suspender esta atividade no próximo ano letivo por falta de inscritos e dificuldade no destacamento

de professores; o Centro de Recursos para a Inclusão exercido nas escolas, tendo a Associação sido pioneira neste processo, com uma atividade de terapias junto dos alunos com necessidades educativas especiais, através de um conjunto de técnicos contratados anualmente para esse efeito, decorrente do acordo do Ministério de Educação, que todos os anos altera o modelo nacional – como exemplo, no ano passado foi introduzida uma limitação aos tempos individuais e de contacto com as famílias, com redução de apoios e impacto na qualidade indispensável à prestação dos serviços – existe a preocupação da Direção para tentar perceber junto do Ministério, qual será o modelo futuro e tentar influenciar com outras instituições, uma forma mais eficiente de atuação; relativamente aos Centros de Atividade Ocupacional e Lares Residenciais, não há nenhuma informação em particular, a não ser o da Quinta dos Inglesinhos na Caparica, onde se deverá fazer a atualização do número de utentes em acordo (12 para 25), mas para se adequar a capacidade desse centro aos 25 exige um grande investimento de adaptação da estrutura; relativamente à Formação Profissional, também exercida na Caparica, temos vivido com alguma instabilidade – no ano passado terminou em dezembro o POPH havendo alguns custos que não puderam ser contabilizados, como por exemplo a taxa social única relativa aos vencimentos de dezembro que só é paga em Janeiro de 2016. Este ano 2016, na sequência de uma Resolução do Conselho de Ministros o IEFP apoiou algumas despesas, mas sem um quadro de financiamento definido. Esta atividade está a ser suportada por recursos próprios, as Empresas de Inserção, essencialmente dirigidas a pessoas em situação de exclusão social, representam uma atividade rentável no ano passado, mas tendo um quadro regulamentar específico com apoios que irão finalizar; finalmente, no relatório são referidas as respostas Transporte Adaptado e Almada Solidária, para servir a população de Pêra, exercidas já há alguns anos, permitindo a facilitação de acessos locais e à própria Quinta dos Inglesinhos; ainda ao nível da prestação de serviços, foi criado o Banco de Empréstimos de Produtos de Apoio (BEPA) em 2015, tendo o Presidente da Direção referido que gostaria de abordar o tema mais adiante.-----
No relatório encontram-se, igualmente, indicadores de resultados de prestação de serviços, traduzidos sob a forma de ratios de execução de várias atividades, que podem ser distribuídos em dois tipos – *ratios* do grau de concretização das atividades, percentagens de eficiência que nos propomos realizar e outros referentes à concretização dos nossos objetivos. -----
O Presidente da Direção referiu que há vários indicadores de concretização das atividades, mas um dos elementos que melhor definem o que se faz na Associação será o dos Planos de Desenvolvimento Individual, criados para o percurso anual dos utentes. Esse indicador dá conta do grau de concretização do objetivo e revela os meios utilizados para medir o que se faz; por exemplo, na Creche o grau atingido foi 95%, o que é natural nesta valência; no Apoio Ocupacional, o grau foi 75% e deve ter-se em consideração a diferença de evolução entre eles; no que se refere aos formandos, o grau de concretização foi de 65%. O Presidente de Direção elege este indicador como preferencial, pois corresponde à eficácia da Associação, remetendo para vários anexos. -----
Ainda relativamente aos indicadores, para se avaliar a qualidade dos números e como devem ser interpretados, o Presidente da Direção chamou a atenção para a necessidade de analisar, por exemplo, o que é planeado e o que é realizado. Este indicador mede a expressão da qualidade do planeamento, mas não as atividades efetivamente realizadas, pois poderão ter havido outras a serem realizadas, que não estavam planeadas. Existem prioridades que podem ter sido executadas, mas não estão registadas nos indicadores, por isso estes números têm que ser analisados e interpretados com cuidado. -----
Um dos outros temas do Relatório tem a ver com o Edificado, ou seja, o valor gasto na conservação e na manutenção, encontrando-se registada uma verba de 113.000 euros, essencialmente referente a movimentos contabilísticos. É de ressaltar que esse valor só terá sido possível pela venda de património e respetiva utilização das verbas. Anteriormente, o Presidente da Direção manifestara-se contra essa medida, mas foi recentemente visitar as instalações e considera que estão bastante melhoradas, realçando as instalações da Penha de França, dando de facto relevância à adequada aplicação das verbas da venda da travessa Água Flôr.-----
Um outro tema do Relatório abordado pelo Presidente da Direção tem a ver com a Participação, com um conjunto de índices de satisfação, obtidos através de questionários. As várias percentagens



obtidas têm a ver com o grau de exigência dos clientes e dos significativos, havendo diferenças. Pode constatar-se que os clientes estão cada vez mais exigentes e está marcada uma reunião para breve com os seus representantes. No que se refere aos colaboradores, a percentagem de satisfação é significativa e deve ter-se em conta os critérios de avaliação. -----

Uma outra área, o Empreendedorismo, teve um crescimento muito significativo essencialmente na jardinagem (isto é, a Empresa Flor da Quinta), igualmente com a adoção de várias iniciativas, existindo um esforço de qualificação, promoção e venda de certos produtos, com baixo retorno financeiro, mas com estímulo para quem os produz e notoriedade para a instituição. Também nesta área, foi tomada uma iniciativa e que tem a ver com a aplicação de painéis solares em várias unidades, sendo um tema que o Presidente da Direção gostaria de deixar para o final da reunião. -- Relativamente à Inovação e Desenvolvimento, foi desenvolvido um trabalho sobre a trissomia 21, cujos resultados foram apresentados publicamente no aniversário da Associação pela equipa técnica, tendo sido elaborado em parceria com a Humanitas, que conseguiu um financiamento através do Instituto Nacional de Reabilitação, permitindo desenvolver uma primeira fase do projeto, mas havendo dificuldades em dar-lhe continuidade até arranjar um novo patrocínio ou uma nova candidatura. O Presidente informou que já teve uma reunião com a Humanitas, para esclarecimento relativamente às prioridades, pois o trabalho é transversal a várias instituições. E informou que estão agendadas para breve novas apresentações do projeto a congéneres, designadamente em Cascais e em Torres Vedras. -----

Quanto aos Recursos Humanos, o número de trabalhadores mantém-se em cerca de 250 trabalhadores. -----

No que respeita à Comunicação foram utilizados os meios disponíveis, nomeadamente o *site*, o *facebook*, o *Mais* (com menor frequência), não havendo nada de significativo de referência. Foi tomada a decisão de introduzir alterações, com separadores e uma área de trabalho reservada, a ser disponibilizada aos associados para acederem a certas informações internas, tais como as atas das reuniões. -----

Relativamente ao Património, há referência no relatório ao benefício da venda do prédio da Travessa Água Flor, que resulta num saldo positivo. O andar da Travessa do Possolo está entregue a uma mediadora, para vir a ser arrendado. Em Odivelas está em curso a devolução do espaço pelo comodatário. Na Barão Sabrosa, está em curso uma avaliação pelo arquiteto para se analisar o destino a ser dado ao terreno. Na Rua Garrido, há apenas dois inquilinos, que têm que ser apreciados. Na sede da Instituição na Av. Cinco de Outubro, o andar está em mau estado por falta de fundos do condomínio, tendo que ser reparada a sala de reuniões e parte do sótão, havendo uma verba suficiente para a obra, que depois será abatida na prestação do condomínio. -----

Relativamente à parte financeira, o Presidente da Direção informou que os dados constantes no Relatório comprovam que o grau de concretização do orçamento para 2015 foi cumprido, com uma adequada margem de receitas. -----

Fazendo uma referência aos resultados, este ano a instituição apresenta um valor anómalo no resultado líquido, que decorre essencialmente da venda do prédio da Travessa Água Flor; o dinheiro foi recebido antes, mas como a escritura só foi feita posteriormente, só então foi registado nas contas como proveito. Se expurgarmos contabilisticamente este valor, o resultado seria na ordem dos 46.000€. Além disso, houve apoios para o investimento em anos anteriores, nomeadamente para a manutenção da Alapraia, que se refletem parcialmente nos registos dos proveitos anuais, sem os quais seriam apresentados resultados negativos. Por isso, tem que se olhar para os números com atenção. -----

Relativamente ao Relatório propriamente dito e aos resultados, eram estes os principais aspetos que se consideravam importantes partilhar neste momento. O Presidente da Direção passou, então, aos outros dois temas abordados há pouco: na Caparica foi criada uma área proveniente de um protocolo com o Hospital Garcia da Orta, designadamente com o Centro de Desenvolvimento da Criança, no que diz respeito à recepção de equipamentos de apoio para reutilização desses meios. Tendo a iniciativa bastante mérito em termos sociais, para a instituição apenas há responsabilidades de reparação, armazenamento, gestão, empréstimo e devolução, não havendo qualquer financiamento associado e tendo designadamente havido um custo de construção de uma rampa, para além da

disponibilização do espaço. No ano de 2015, a atividade manteve-se equilibrada, pois houve estágios-emprego com contratos a dois engenheiros, mas os quais terminaram em fevereiro de 2016, não tendo a atividade sido orçamentada, prevendo-se um custo de mais de 35.000€ e não sendo os beneficiários da atividade, clientes da instituição. Não se encontraram registos da deliberação da anterior Direção e há que encontrar soluções, tendo havido já uma reunião com a Direção Médica do Hospital, que não tem meios para dar continuidade a este atividade. Outros organismos, possíveis aliados para a resolução desta situação, tais como o Instituto Nacional de Reabilitação, a Câmara Municipal de Almada ou a Câmara Municipal de Sesimbra ainda não manifestaram disponibilidade para reunir; o protocolo tem uma vigência determinada, podendo ser denunciado com uma antecedência de dois meses, pelo que o assunto terá que ser solucionado até ao próximo dia vinte e três de abril. No Relatório está descrita a situação referente a 2015, mas a situação atual emerge desse ano, tendo que ser urgentemente resolvida. -----

O Presidente da Direção pretendeu partilhar, ainda, informação sobre os painéis solares instalados na Creche, Júlia Moreira, Pedralvas, Penha de França e Alapraia, resultantes inicialmente da cooperativa Copérnico e, posteriormente da empresa derivada, Boa Energia. Explicado o processo de produção de energia, a atual Direção considera que o retorno para a Associação não revela mérito na elaboração dos contratos, pois a produção média tem sido relativamente baixa, com uma distribuição na ordem dos 30€ ou 40€ mensais. Não foi encontrada uma sustentação para a realização dos contratos, mas sim de necessidade de melhoria da sua formalização, uma vez que as responsabilidades deles decorrentes exigem seguros de responsabilidade civil e/ou multi-riscos que não foram apresentados pelos contratantes. Apesar de haver contratos diferentes, os modelos devem ser corrigidos e a Direção está a avaliar a regularização e viabilização de todas estas situações, de modo a encontrar as melhores soluções para a Associação. -----

O Presidente da Direção concluiu a sua apresentação e colocou-se à disposição para esclarecer eventuais questões. -----

Não havendo questões, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral pediu a intervenção do Conselho Fiscal, tendo o associado Miguel Soares Franco tomado a palavra para referir a sua não concordância com a necessidade de se proceder à leitura do parecer, uma vez que esse órgão social integra uma firma que faz auditoria às contas, não havendo necessidade de repetir aquilo que já foi dito pelo Presidente da Direção, quando da apresentação das contas, uma vez que elas tinham sido auditadas por essa mesma firma. -----

O Presidente da Mesa colocou a questão à deliberação da Assembleia Geral ouvir-se o Conselho Fiscal, tendo o resultado sido de três votos contra, um dos quais o do associado Miguel Soares Franco, e os demais restantes associados a favor. O Associado Miguel Soares Franco pediu a palavra para informar a mesa de que pretendia que o seu nome vigorasse nos votos contra. -----

Procedeu-se, em seguida, à intervenção do Presidente do Conselho Fiscal, o associado António Pires Almeida Veloso Cortesão, o qual leu integralmente o parecer daquele órgão social, constante na Ata nº 15 referente à reunião de dezassete de março de dois mil e dezasseis, lavrada nas páginas 23 e 24 do livro de atas desse órgão social, cuja conclusão da Certificação das Contas aponta para a aprovação pela Assembleia Geral. -----

Depois da intervenção do Presidente do Conselho Fiscal, o Presidente da Mesa submeteu à Assembleia Geral a aprovação do Relatório e Contas do ano 2015, tendo o resultado sido de três votos contra e os demais restantes associados a favor. -----

O associado Nuno Soares Franco interveio para fazer uma declaração de voto, no que diz respeito à incompatibilidade de uma empresa de auditoria fazer parte do conselho fiscal. -----

O associado Miguel Soares Franco acrescentou ser contra o facto de uma firma pertencer ao Conselho Fiscal, pois não está previsto nos estatutos, além de a sociedade de revisores oficiais de contas não ser associada, o que abre um precedente em relação aos restantes associados apoiantes. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia afirmou que os dois votos seriam lavrados na presente ata. ---

O Presidente do Conselho Fiscal pretendeu fazer um esclarecimento e referiu que, a dezassete de dezembro de dois mil e quinze, houve eleições de órgãos sociais, tendo este Conselho Fiscal sido aceite e eleito pela Assembleia Geral. -----

Na oportunidade, o Presidente da Direção pediu a palavra e procedeu à leitura de um documento de um anterior membro do Conselho Fiscal, onde, em final de mandato, prestava recomendações à anterior Direção, nomeadamente no que concerne à prestação atempada de contas e parcialidade em diversas decisões. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto dois da Ordem dos Trabalhos sob o título Informações diversas e apresentou a proposta do Presidente da Direção de submissão de um voto de pesar pelo falecimento da trabalhadora e associada Maria Luísa Gentil Soares Branco, cujo resumo profissional foi lido em detalhe, ficando apenso à ata com o número cinco. -----

O Presidente da Direção voltou a tomar a palavra, fazendo um elogio verbal da referida trabalhadora e associada, manifestando o respeito e apreço da Direção pela mesma. -----

Não tendo havido mais qualquer intervenção, o Presidente da Mesa submeteu à votação o voto de pesar, o qual foi aprovado pela totalidade dos associados, seguindo-se a aclamação geral dos presentes. -----

O Presidente da Mesa dirigiu-se à Assembleia, para saber se havia mais alguma questão. -----

O associado Miguel Soares Franco questionou como iria fazer sobre as atas e o Presidente da Mesa esclareceu que relativamente à leitura da ata da última Assembleia Geral, a mesma está ao abrigo de uma anterior deliberação. De futuro, sugeriu haver um voto de confiança à Mesa da Assembleia para redigir e aprovar as atas, sendo que, previamente, ficariam disponibilizadas para análise e comentários, durante um período de tempo razoável. -----

O associado Miguel Soares Franco interveio concordando com o procedimento, mas que as atas não deveriam ser públicas, pois dizem respeito apenas à vida interna da Associação. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia reiterou que o *site* será reformulado em breve, para poder haver uma zona restrita a associados. -----

O Presidente da Direção informou que para otimização da comunicação, haverá uma reestruturação do *site*, para apenas associados acederem a determinado nível de informações sobre a Associação. -----

O Presidente do Conselho Fiscal questionou em que situação está o processo de entrega dos novos estatutos à Segurança Social. -----

A Secretária da Direção, associada Maria Helena Andrade Colaço informou que foi contactada a Segurança Social na semana anterior e que os estatutos ainda estão a ser analisados, esperando-se uma resposta, mas não havendo prazos envolvidos. -----

O Presidente da Mesa sujeitou à Assembleia Geral o voto de confiança à Mesa para elaboração e aprovação das atas, com um prazo de cinco dias para comentários às minutas e posterior publicação, tendo o resultado sido aprovado pela totalidade dos associados. -----

O associado Nuno Soares Franco sugeriu que os associados fossem notificados atempadamente através de um *mailing*, para se poderem pronunciar atempadamente. -----

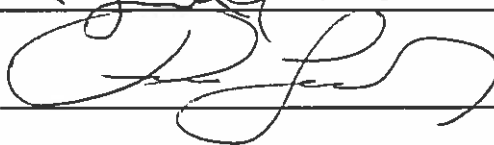
O associado Miguel Soares Franco sugeriu a entrega física das atas, ao que o Presidente da Mesa informou que estão sempre disponíveis, bastando um requerimento para serem entregues. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu por encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata, que depois de aprovada, será assinada por todos os membros presentes. -----

Presidente



Vice-presidente



Secretária

